



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

## Requerimento: 207 / 2018

**Autor:** Ver. Gabriel Alves de Oliveira

Requeiro à Mesa, ouvido o douto plenário na forma regimental, para que seja encaminhado expediente ao excelentíssimo Senhor Prefeito, Marcelo Aguiar Lunes, pelo seguinte pleito:

Regulamentar, a partir de Decreto Municipal, redução na jornada de trabalho para servidor municipal que possui filho natural ou adotivo portador de necessidades especiais. Desta forma, conceder conforme a necessidade e/ou programa de tratamento pertinente, podendo ser diminuição de horário de forma consecutiva, intercalada, alternada ou escalonada.

A medida está prevista no Art. 100 da Lei Complementar nº 42/00 (Estatuto do Servidores Municipais), conforme descrita abaixo, portanto o Executivo Municipal já possui as prerrogativas necessárias para o pleno regulamento da medida que visa beneficiar o Servidor Municipal:

*“Art. 100. Será concedido horário especial ao servidor:*

*.....:*

*III – que tenha o cônjuge ou filho dependente portador de necessidades especiais, comprovado pela assistência social e a perícia médica municipal, com redução de carga horária de até cinquenta por cento da carga horária do cargo, esta for de oito horas diária.*

***Parágrafo Único. As concessões previstas neste artigo serão deferidas atendidas as condições fixadas em regulamento específico.”***

Portanto, este Edil faz o pedido ao Chefe do Poder Executivo que elabore o regulamento com as regras na concessão deste benefício.

- : O requerimento, que ora apresentamos, visa garantir a redução da carga horária semanal aos Servidores Públicos Municipais do Município de Corumbá - os quais sejam responsáveis por pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNE).

Não se trata somente de oferecer benefício, mais sim condições para que os pais possam dar aos filhos o mínimo de condições de efetuar um tratamento que se torne eficaz, pois são necessárias sessões de fisioterapias, fonoaudiologia e outros tratamentos indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Estudos comprovam que o tratamento médico, psicológico e fisioterápico em portadores de necessidades especiais tem resultados bem melhores se forem acompanhados de perto por seus familiares.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

Muitas vezes os pais não possuem recursos financeiros para a contratação de profissionais ou tratamentos diferenciados, mas com a redução de carga horária podem dar mais atenção aos filhos com necessidades especiais e o setor público não sofrerá prejuízo, pois são poucos os servidores que necessitam desta redução.

Neste passo, faz-se necessária a sensibilização da Administração Pública Municipal para regulamentar as regras especiais no que tange à jornada de trabalho dos servidores públicos responsáveis por pessoas portadora de necessidades especiais.

## **REQUERIMENTO: XXX/2018**

Requeiro à Mesa, ouvido o douto plenário na forma regimental, para que seja encaminhado expediente ao excelentíssimo Senhor Prefeito, Marcelo Aguiar Lunes, pelo seguinte pleito:

Regulamentar, a partir de Decreto Municipal, redução na jornada de trabalho para servidor municipal que possui filho natural ou adotivo portador de necessidades especiais. Desta forma, conceder conforme a necessidade e/ou programa de tratamento pertinente, podendo ser diminuição de horário de forma consecutiva, intercalada, alternada ou escalonada.

A medida está prevista no Art. 100 da Lei Complementar nº 42/00 (Estatuto do Servidores Municipais), conforme descrita abaixo, portanto o Executivo Municipal já possui as prerrogativas necessárias para o pleno regulamento da medida que visa beneficiar o Servidor Municipal:

*“Art. 100. Será concedido horário especial ao servidor:*

*.....:*

*III - que tenha o cônjuge ou filho dependente portador de necessidades especiais, comprovado pela assistência social e a perícia médica municipal, com redução de carga horária de até cinquenta por cento da carga horária do cargo, esta for de oito horas diária.*

***Parágrafo Único. As concessões previstas neste artigo serão deferidas atendidas as condições fixadas em regulamento específico.”***

Portanto, este Edil faz o pedido ao Chefe do Poder Executivo que elabore o regulamento com as regras na concessão deste benefício.

- **Justificativa:** O requerimento, que ora apresentamos, visa garantir a redução da carga horária semanal aos Servidores Públicos Municipais do Município de Corumbá - os quais sejam responsáveis por pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNE).

Não se trata somente de oferecer benefício, mais sim condições para que os pais possam dar aos filhos o mínimo de condições de efetuar um tratamento que se torne eficaz, pois são necessárias sessões de fisioterapias, fonoaudiologia e outros





# **CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

tratamentos indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Estudos comprovam que o tratamento médico, psicológico e fisioterápico em portadores de necessidades especiais tem resultados bem melhores se forem acompanhados de perto por seus familiares.

Muitas vezes os pais não possuem recursos financeiros para a contratação de profissionais ou tratamentos diferenciados, mas com a redução de carga horária podem dar mais atenção aos filhos com necessidades especiais e o setor público não sofrerá prejuízo, pois são poucos os servidores que necessitam desta redução.

Neste passo, faz-se necessária a sensibilização da Administração Pública Municipal para regulamentar as regras especiais no que tange à jornada de trabalho dos servidores públicos responsáveis por pessoas portadora de necessidades especiais.

**SALA DAS SESSÕES, 03 de Abril de 2018**

**Gabriel Alves de Oliveira**  
**Vereador(a) - PSD**

